

QUANDO O ÓDIO ENTRA NAS REDES: VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E ATAQUES EM AMBIENTES VIRTUAIS.⁸⁴

ATHAYSI COLAÇO GOMES

EDUARDO DOS SANTOS CHAVES

JOANA MARIA PEDRO

Os ambientes virtuais⁸⁵ têm se tornado um espaço importante para a proliferação de violência política de gênero. Categorizada recentemente, essa violência possui punição regulamentada no Brasil pela lei n.º 14.192⁸⁶, de 2021, e se expressa pela prática de ameaçar, prejudicar, assediar, humilhar, uma candidata ou uma mulher eleita, por se identificar como mulher. Trata-se, portanto, de uma violência política em razão do gênero e pode ser feita em relação à própria pessoa ou a seus familiares.

Laura Albaine (2015) lembra que, desde 1993, as Nações Unidas e, desde 1994, a Convenção de Belém do Pará já estabeleciam como violência de gênero qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte ou sofrimento físico ou psíquico, seja esta realizada tanto no espaço privado quanto no espaço público. Deste modo, já se falava de violência de gênero na esfera pública na década de 1990, o que não significa dizer que, em décadas anteriores, as mulheres que ansiavam ou que ocupavam lugares na política não tenham sido alvo de violência política de gênero. Entretanto, o que temos assistido nos últimos 10 anos, com o aparecimento das redes sociais em ambientes virtuais, é o crescimento de ataques, cada vez mais sofisticados e em larga escala, contra mulheres candidatas ou que ocupam lugares no cenário político.

Pode-se afirmar que as políticas que visaram, desde a segunda metade dos anos 1990, o aumento do número de mulheres em cargos de poder político no Brasil, como as leis de cotas, provocaram reações em setores conservadores e reacionários e, conseqüentemente, o crescimento de ações de violência política de gênero. Apesar da política de cotas, inúmeras pesquisas têm apontado para a ausência das mulheres em espaços de poder no Brasil como resultado dessa violência, ressaltando, dessa forma, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em pleitos eleitorais, e quando assumem os mais diferentes mandatos políticos (D'AVILA, 2021; ARAUJO, 2016; MIGUEL e BIROLI, 2011). Neste capítulo, demonstraremos como os ambientes virtuais se tornaram centrais na propagação da violência política de gênero, contribuindo, em certa medida, para a baixa inserção de mulheres na esfera política. Para tanto, analisamos as expressões de violências por meio de uma

84 Este texto foi escrito com referências e fontes oriundas do projeto "Internet como campo de disputas pela igualdade de gênero" coordenado pela Professora Dra. Cristina Scheibe Wolff, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc).

85 Chamamos de espaços virtuais as plataformas das redes sociais como Facebook, Instagram, YouTube, WhatsApp e X (antigo Twitter).

86 Para mais informações, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em: 03/11/2023.

das plataformas, o YouTube, mais especificamente os comentários dos vídeos relativos a três mulheres políticas: 1) Talíria Petrone (PSOL-RJ), 2) Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), duas parlamentares com agendas políticas voltadas, dentre outros aspectos, para a luta feminista e para as causas sociais; e 3) Geovania de Sá (PSDB-SC), deputada alinhada ao ex-presidente Jair Bolsonaro e à pauta neoliberal. Embora os ataques sejam variados em aspectos e intensidade, neste capítulo centraremos nossa análise nos temas da maternidade, da beleza e da homofobia.

É importante adiantar que independente do campo político em que estas mulheres se situam, à esquerda ou à direita do espectro político (BOBBIO, 1995), todas, em algum momento, podem sofrer com violência política de gênero. No entanto, pela pesquisa que realizamos, nem todas foram alvo de violência política de gênero nas redes sociais. Nesse sentido, o estudo ora realizado aponta, em primeiro lugar, para a necessidade de se diferenciar “violência política” de “violência política de gênero” como elemento-chave na compreensão dos ataques às mulheres na política; e em segundo lugar, a pesquisa constata que as mulheres de esquerda são alvos preferenciais dos ataques.

Talíria Petrone

Desde que eu disponibilizei meu corpo para a tarefa pública, não houve nenhum dia de paz. São os tensionamentos no plenário, as ameaças nas redes, as ameaças da milícia, as violências simbólicas, a interrupção. São muitas camadas de violência, até não ter lugar para trocar a fralda de um bebê no Congresso Nacional (PETRONE, 2022a).

Talíria Petrone Soares nasceu em 9 de abril de 1985, na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro (BRAGA, 2019). Formou-se em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro do Rio de Janeiro (UERJ), em 2009, e defendeu seu mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2019.

Desde que se formou, em 2009, Talíria atuou como professora de História da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, lecionando nos municípios de Niterói e São Gonçalo. Em 2010, ela filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e em 2012 foi candidata à Câmara de Vereadores de Niterói, mas obteve apenas 21 votos. Ainda como professora, em 2012 passou a lecionar no curso pré-vestibular Redes da Maré, uma organização não governamental sediada na cidade do Rio de Janeiro, que desde 1997 desenvolve ações sociais em 16 favelas que formam a Maré e outras partes da cidade da capital fluminense. Nessas atividades junto às comunidades é que Talíria conheceu sua correligionária Marielle Franco, socióloga e política brasileira que se apresentava com orgulho como “cria da maré” (CARNEIRO, 2018). Juntas, Talíria e Marielle se notabilizaram na defesa das causas das comunidades negras e LGBTQIAPN+, assim como estiveram envolvidas com as bandeiras e lutas do movimento feminista.

Longe de desistir de ocupar uma vaga como vereadora na Câmara Municipal de Niterói, Talíria retornou a disputa em 2016, sendo eleita com 5.121 votos, a mais votada para o cargo. Como vereadora, ela deu continuidade às lutas que vinha travando desde quando atuava como professora na Maré. Em seus dois anos de mandato como vereadora, ela presidiu a Comissão de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente; denunciou a atuação irregular da Polícia Militar do Rio de Janeiro no recolhimento compulsório às delegacias de polícia de pessoas em situação de rua; e foi coautora em um projeto que deu origem a Lei Municipal que prevê medidas de prevenção e combate ao assédio sexual de mulheres nos meios de transporte de Niterói (BRAGA 2019).

No entanto, ainda como vereadora e diante do crescimento das ações violentas de grupos de extrema direita, que desde 2016 tomou corpo nos mais variados espaços políticos e sociais, Talíria começou a receber ameaças anônimas. Não era um caso isolado, uma vez que seus companheiros e companheiras também recebiam ameaças semelhantes, sem deixar de lembrar que seu partido, o PSOL, teve sua sede, em Niterói, ameaçada de ser explodida em 2017 (BRAGA 2019). Daí em diante, Talíria passou a contar com escolta policial, o que não é incomum para muitas mulheres e homens posicionados à esquerda do espectro político.

Mesmo assim, Talíria não desistiu de continuar sua caminhada nas esferas da política institucional, que, segundo ela afirma, precisa ser ocupada. Em 2018 foi candidata à Câmara Federal, sendo eleita com mais de 100 mil votos, a nona deputada federal mais votada pelo estado do Rio de Janeiro. Meses após a sua posse, Talíria continuava contando com escolta policial, mas dessa vez da Polícia Legislativa de Brasília, devido às ameaças de morte que vinha sofrendo por parte de grupos extremistas. As intimidações foram constatadas pela Polícia Federal, que revelou que havia um plano contra a vida de Talíria após a morte de Marielle Franco, em março de 2018 (BRAGA, 2019).

Desde então, os ataques a Talíria são cotidianos, sobretudo nas redes sociais, onde muitas de suas atividades e pautas políticas também são divulgadas. Nesses espaços virtuais, percebem-se ações de violência política de gênero perpetradas, na maior parte das vezes, por segmentos da extrema direita, em que há a proliferação de insultos e acusações falsas. Entendemos que esses ataques à parlamentar não são casos isolados e, portanto, fazem parte das estratégias da extrema direita, cujo elemento central é fazer uso da violência política contra os seus “inimigos” para eliminá-los da arena política (TELLES, 2029, p. 63). Nesse sentido, Talíria é, antes de tudo, alvo a ser violentado, uma vez que é parlamentar de esquerda, mulher negra e feminista ocupando espaços historicamente dominados pela branquitude e pela masculinidade, que, por sua vez, se veem ameaçados, e apelam para a violência, para não ceder espaços de poder (SEGATO, 2003).

O corpo de Talíria, bem como a forma pela qual ela se posiciona politicamente, são os elementos geradores de reações violentas desferidas à parlamentar nos últimos anos nas redes sociais. Orquestrados ou não, é preciso observar também que esses ataques correspondem a formas semelhantes de desferir ofensas e provocações, o que revela elementos de uma cultura política marcada pela violência na longa e média duração, e que atualmente foi potencializada pela ascensão da extrema direita ao poder (AARÃO REIS, 2020).

Ao analisar os comentários aos vídeos disponibilizados no YouTube, é possível notar inúmeros debates que fazem parte da agenda política da parlamentar. Entretanto, para os fins deste capítulo, destacaremos a questão da maternidade, ponto importante na agenda política de Talíria, e gerador de reações violentas contra sua pessoa – mulher negra, feminista e de esquerda.

Sobre maternidade, Talíria propôs o PL 2757/2021, que institui os cuidados maternos como trabalho, para posteriormente ser contabilizado para fins de aposentadoria⁸⁷. A proposta está exposta no programa eleitoral de Talíria como candidata à Câmara Federal, publicado em setembro de 2022 em seu canal no YouTube (PETRONE, 2022a). Sob o título de “A Nossa Maternidade é Política”, Talíria apontou as dificuldades das inúmeras mulheres brasileiras que precisam deixar de

87 Para maiores detalhes, conf. o PL 2757/2021, de autoria de Talíria Petrone (PSOL/RJ). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2293477>. Acesso em: 09/07/2023.

trabalhar para cuidar de seus filhos, sem que isso seja pensado como trabalho. O vídeo teve 1.129 visualizações e apenas 3 comentários, dos quais 2 são de ataques. Inclusive ambos buscam desvirtuar a proposta apresentada pela parlamentar, dos cuidados maternos como trabalho, afirmando que ela é defensora do aborto: “Você já mudou de ideia sobre o aborto? Ou é família tradicional pra você, e as meninas podem abortar?”; “Falou a mulher que é a favor do aborto”.

O aborto, e mais especificamente a maneira pela qual ele é apresentado nesses comentários no YouTube, parece ser um elemento que aciona os denominados pânico morais, tão caros aos segmentos conservadores e da extrema direita (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Exemplo disso é o comentário a outro vídeo, “Maternidade Política”, publicado em 12 de abril de 2021, no canal Católicas pelo Direito de Decidir (CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, 2021). O comentário é o seguinte: “Catolicismo e socialismo são como água e óleo, a cruz e o diabo. Como podem se misturar, sendo que o socialismo já foi criticado por papas? Vocês vivem uma mentira. Eu não quero que a igreja mude”. Embora a discussão não tenha sido essa, e sim o debate sobre o “mito da maternidade”, que, por sua vez, coloca as mulheres em situação de subordinação e dependência, retirando-lhe o direito de gestar e de decidir interromper uma gravidez, é preciso considerar que o comentário é uma reação à fala de Talíria e ao canal Católicas pelo Direito de Decidir. Nesse sentido, o que se quer aqui não é debater o tema, com reflexões e proposições, mas o de cindir, de criar mundos diferentes, de forma dual. Como uma mulher negra, feminista e de esquerda, comprometida com as causas sociais e raciais, o aparecimento público de Talíria, sua circularidade em outros meios, para além da Câmara Federal, e sua fala combativa em defesa das mulheres mães, acaba se tornando alvo de segmentos conservadores e da direita radical e, por consequência, instrumentos para a propagação de pânico morais, cujo centro é o que chamam de “defesa da religiosidade, da família e da pátria”. Interessante observar que essa forma dual – bem contra o mal, Deus contra o Diabo, nós contra eles, etc. – fez/faz parte do repertório da extrema direita, sobretudo como forma de dividir grupos (AARÃO REIS, 2020; MOTTA, 2019). Além disso, como alerta Ahmed (2015), é por amor à pátria, que entendem estar ameaçada pela esquerda, e não por ódio que atacam pessoas como Talíria, que estaria, de acordo com eles, destruindo os valores tradicionais.

Outro aspecto relacionado aos ataques diz respeito ao aleitamento materno. Talíria levou, muitas vezes, sua filha nas sessões do plenário em que discursou, inclusive ao mesmo tempo, em que amamentava. No canal Metrôpoles, do YouTube, há um vídeo, de 21 de junho de 2021, em que Talíria amamentava sua filha enquanto discursava contra o projeto de privatização da Eletrobrás (METRÓPOLES, 2021). O vídeo tem aproximadamente 3.900 visualizações e 53 comentários, quase todos de críticas ao comportamento da deputada, nenhum relacionado ao seu pronunciamento propriamente, e alguns poucos comentários elogiosos a sua atuação. Chama atenção que as críticas a Talíria se referem ao fato de acreditarem que o aleitamento seria “sagrado” e, portanto, ao fazer isso no espaço público, da política, este comportamento seria imoral, desrespeitoso e vergonhoso.

Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! É isso mesmo que eu estou vendo? Mas que pouca vergonha dessa deputada ela quer ser única? Nesses atos vergonhosos? Então ela conseguiu para sua desonra e vergonha, pois esse vídeo vai perdurar por muito tempo. Eu acho que um presidente do Senado ou qualquer outro parlamentar deveria ter chamado atenção para essa pouca vergonha. Que ridículo isso dessa deputada, ridículo, nojenta essa atitude (METRÓPOLES, 2021).

O ato de amamentar durante as horas de trabalho não seria merecedor de respeito: “Coisa feia! Respeite o seu local de trabalho, procure um lugar sem holofotes para amamentar”; “Mulher te preserva! Resguarda teu filho!”. Assim sendo, os comentários também se baseiam em aspectos moralistas, que buscam enquadrar a parlamentar como desequilibrada e “louca”, insultos que se tornaram comuns às mulheres feministas e de esquerda nas redes sociais. Nesse sentido, os comentários são extremamente ofensivos: “a infeliz usa o próprio filho para lactação”; “Fico com pena da criança. Essa mulher não pode ser bem certa. Isso mostra tb, de uma forma até bizarra, o nível dessa classe política que infelizmente nós colocamos lá”; “Louca e ridícula!”; “Triste a criança ter que passar por isso. Simplesmente desnecessário. Só pra aparecer mesmo”.

Outros ataques a Talíria, semelhantes a esses, foram feitos na posse para o seu segundo mandato como deputada federal, em 1º de fevereiro de 2023. Com a filha recém-nascida em seus braços, com apenas 22 dias de vida, Talíria tomou posse remotamente, o que lhe foi concedido graças à lei de sua autoria, que permite que mulheres em licença maternidade possam proferir o juramento de posse virtualmente. O pequeno vídeo da posse de Talíria foi postado no Canal do UOL, obtendo cerca de 3600 visualizações e 48 comentários (CANAL UOL, 2023). Sobre esses, a maioria são de ataques à deputada, desmerecendo sua trajetória enquanto mulher parlamentar e sua maternidade. Dois dos ataques, por exemplo, afirmam novamente que Talíria seria defensora do aborto apenas para as outras mulheres, sugerindo que a deputada age falsamente: “Vejam, ela apoia o aborto, mas não para ela, hipocrisia”; “Não é a favor do aborto, ah entendi, só é a favor com o filho de outras”. Há também ataques que desmerecem a maternidade, afirmando que a atitude de Talíria levaria outros parlamentares a utilizar seus animais de estimação durante as sessões: “Nossa, que lindo, logo mais vai aparecer outro com o cachorro, papagaio, etc.”. E novamente vê-se, nos comentários, acusação de que se Talíria utiliza da maternidade, de suas condições de mãe e, sobretudo, de seu filho, para fins políticos: “Cada um tem a sua maneira de conquistar os seus 10 minutos de fama. Esta vai com um bebê no colo, sem o bebê ninguém sabe quem é Talíria da vida”. Importante notar que há respostas para alguns dos comentários postados, rebatendo as falas violentas contra a parlamentar. Para exemplificar, mostraremos duas respostas à acusação acima: “Você leu a descrição do vídeo? Ela não estava na Câmara. Não sabe sequer do que está falando”; “Santa ignorância, hein sujeito”. Contudo, apesar de haver aqueles que se colocam em defesa de Talíria, procurando desmentir notícias falsas e/ou rebater mensagens violentas, parece ser as redes sociais o palco preferido daqueles que, alinhados de uma forma ou outra à extrema direita, tentam eliminar seus “inimigos”, destruí-los no que consideram ser uma “guerra cultural”. Tal aspecto pode ser visto na resposta do agressor: “frescura pra se aparecer. Se não fosse o bebê no colo dela, jamais sairia em alguma manchete, a não ser por coisas erradas”.

Diante do que foi exposto, parece que o problema não é a defesa da maternidade em si, mas a maneira pela qual essa discussão foi aberta, ampliada e entendida como “labor” pela parlamentar. Dessa forma, podemos dizer que os ataques à Talíria se constituem como respostas violentas às ações da parlamentar em torno de sua agenda política de esquerda e combativa, e pelo fato de Talíria ser uma mulher negra e feminista, defensora dos direitos das mulheres.

Da mesma forma, é preciso compreender que os ataques estavam igualmente relacionados à sua declarada e permanente oposição ao presidente e candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, e ao apoio dela e de seu partido, o PSOL, ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, nas eleições de 2022.

Bolsonaro, através de suas falas racistas, misóginas e homofóbicas, parece ter despertado sentimentos, crenças e valores em muitos brasileiros, que a partir de sua projeção nacional em 2018, o enxergaram como sua representação maior. Portanto, a forma agressiva, violenta, pela qual Talíria foi e permanece sendo atacada nas redes sociais deve ser vista pelo giro direitista vivenciado no Brasil desde 2013 (NICOLAU, 2020). Porém, acreditamos que a violência deve ser entendida como resultado de elementos da longa duração, como o racismo e a misoginia, que acabam por se reproduzir, sob diferentes aspectos, ao longo do tempo, bem como de elementos de média e curta duração, como a ascensão da extrema direita ao poder e, conseqüentemente, o impulsionamento de agendas políticas discriminatórias.

Manuela d'Ávila

Os ataques também têm atingido com muita força Manuela d'Ávila, caso representativo de como funciona essa violência contra as mulheres. Manuela possui atuação política intensa e, apesar de jovem, longa. Pode-se afirmar que ela vem sofrendo com ataques muito antes do termo “violência política de gênero” ser amplamente conhecido e pautado pela academia, pela mídia, pela imprensa e ter se tornado objeto de projetos de lei no Brasil.

Manuela Pinto Vieira d'Ávila é jornalista, escritora e política porto-alegrense filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Formou-se em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e é mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 2004, foi eleita, pelo PCdoB, a vereadora mais jovem do município de Porto Alegre.

Em 2014, candidatou-se ao cargo de deputada estadual, sendo eleita com a maior votação daquele pleito e em 2016 era uma das candidatas favoritas à prefeitura de Porto Alegre, mas optou por ausentar-se da política partidária institucional para cuidar de sua filha Laura, então com 5 meses de vida. No ano seguinte, foi pré-candidata às eleições presidenciais pelo PCdoB, mas decidiu se retirar da disputa e integrar, como vice-presidente, a chapa do Partido dos Trabalhadores (PT) ao lado do candidato à Presidência, Fernando Haddad, nas eleições de 2018.

Durante a campanha, Manuela se destacou por levar a filha Laura aos eventos e compromissos; e fotos das duas viralizaram nas redes sociais, possuindo forte apelo político. No entanto, Manuela foi alvo de muitas *fake news* e fotomontagens com mensagens difamatórias e falsas em tom violento e agressivo. A partir disso, em 2018 criou o “Instituto E se fosse você”, com o intuito de combater notícias falsas e discursos de ódio que marcaram as eleições de 2018. Através da publicação e da venda de livros sobre a temática, a instituição promove eventos e palestras em escolas e universidades, instruindo sobre o combate às *fake news* e a desinformação. Uma das mais importantes obras lançadas pelo Instituto, *Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil (2022)*, foi organizada por Manuela e contou com um capítulo escrito pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

Em 2020, Manuela foi candidata à prefeitura de Porto Alegre pela coligação Muda Porto Alegre e possuía vantagens nas pesquisas de opinião. No entanto, foi novamente alvo de intensos ataques de *fake news*, o que contribuiu para sua derrota no segundo turno das eleições.

Como já foi mencionado, o ano de 2018 foi um catalisador de transformações importantes na sociedade brasileira geradas em anos anteriores. Destas destacamos o antipetismo, o crescimento do conservadorismo e a participação recorde de mulheres candidatas disputando os mais diversos

cargos no pleito, incluindo a vice-presidência (MOTTA, 2019). As explicações mais imediatas para tais dados, podem ser encontradas no golpe parlamentar de 2016, que depôs a então presidenta Dilma Rousseff e escancarou a misoginia presente nas instituições de poder representativo no Brasil (ROUSSEFF, 2022). Embora tenha crescido a participação de mulheres na política, a igualdade é uma utopia em vista dos constantes ataques que as candidatas sofrem. Importante destacar que esse processo de violência não se resume apenas ao processo eleitoral, conforme destacam Mona Krook e Juliana Sanín (2016), visto que muitos ataques acontecem após a eleição e acompanham a atuação das candidatas após a posse, no cumprimento de suas atividades políticas. Também consideramos necessário pontuar que os ataques são estendidos a outras pessoas ligadas às representantes políticas, como familiares e apoiadores. Este é o caso de Manuela d'Ávila, que tem sua família, em especial a filha Laura, constantemente atacada, através, principalmente, das redes sociais. As agressões já extrapolaram a virtualidade e se concretizaram em alguns episódios relatados por Manuela em diversas matérias publicadas em jornais nacionais (LONGO, 2022).

Neste capítulo, analisamos os comentários ofensivos postados por várias pessoas no canal de Manuela D'Ávila no YouTube. A seleção do material fonte foi feita assim: coletamos vídeos publicados em 2018 durante a campanha eleitoral. Esse período foi escolhido devido ao destaque nacional que a candidata obteve ao integrar a chapa que substituiu a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, que estava preso devido à operação “Lava Jato”.

Para este artigo, escolhemos analisar os comentários na rede social YouTube, na qual a interação virtual entre as criadoras de conteúdo aqui analisadas e os seus seguidores, tornaram-no um espaço propício para o debate de ideias políticas em meio à crescente polarização do país. A candidatura de Manuela D'Ávila como vice-presidente fez com que suas redes sociais, especialmente o canal no YouTube, se tornassem um espaço político importante, pois, durante as eleições de 2018, essa plataforma foi usada como estratégia de campanha para estabelecer uma comunicação direta de ideias, divulgar propostas de governo e permitir um diálogo mais próximo entre a candidata e os eleitores por meio dos comentários em cada vídeo.

Na pesquisa, encontramos no canal do YouTube da candidata, 46 vídeos. Destes, 10 tiveram seus comentários desativados. Do restante, optamos por focalizar aqueles que traziam comentários sobre a aparência física da candidata, destacando os que expressavam a violência política de gênero.

São muito frequentes menções à beleza de Manuela nos comentários da plataforma. Normalmente mensagens em tom de assédio, realizadas por homens, muitos dos quais afirmam serem bolsonaristas. Enquanto homens recebem elogios e críticas por sua atuação política, seus projetos de lei ou acusações relacionadas a casos de corrupção ou má gestão da vida pública, as mulheres são atacadas por sua aparência e, sobretudo, recebem insultos de cunho sexual, constituindo violência política de gênero (ALBAINE, 2022).

No canal do YouTube de Manuela d'Ávila, além de julgamentos sobre sua beleza física, os comentários versam sobre a relação entre sua aparência e sua capacidade de fazer um bom governo. Estes pretendem deslegitimar a candidata com base em uma beleza e juventude ausentes, de acordo com os autores do comentário. No vídeo “Pronunciamento de Manuela d'Ávila vice-presidenta da república na chapa do Lula e Haddad”, “Gatinha, sexy, é chata, mas é linda” são alguns dos comentários escritos por homens que ressaltam serem contra o modelo de política defendido por Manuela. Os apelos da beleza e da juventude feminina como atributos que conferem valor a uma

mulher são marcas da cultura machista que reificam as mulheres como seres exclusivamente sexuais. Esses comentários têm sido apontados por pesquisadoras/es como sendo muito comuns na violência política de gênero: a deslegitimidade das capacidades de governança por mulheres que se encaixam em padrões de beleza, ou seja, brancas, magras, que performem feminilidade, etc. Ou seja, tentam indicar que a política não é espaço para mulheres, sejam ela negras, brancas, lésbicas, e até mesmo, se essas mulheres forem vistas como bonitas pelos padrões de beleza construídos socialmente (MIGUEL; BIROLI, 2014). Assim, a eleição que a candidata poderia ganhar seria de uma revista de ensaios de nu artístico de mulheres, como foi expresso neste comentário: “poderia rolar eleição próxima capa da Playboy manu ganha sem dúvida”, mas não um pleito cujo objetivo fosse assumir a vice-presidência da República.

Comentários no canal de Manuela d’Ávila exemplificam como as mulheres na política são alvo de ataques de gênero. Esses comentários não abordam sua atuação política, mas atacam sua condição de mulher. Ao contrário de críticas políticas direcionadas aos homens, os comentários ofensivos, xingamentos, assédio e ameaças são muito mais frequentes e carregam elementos de misoginia e cultura machista, para ofendê-la com base em seu gênero. No vídeo “Como a gente enfrenta quem grita com mulher”, destacam-se os seguintes comentários: “tenho coragem de esbagaçar ela até virar mulher de verdade #17”, “cretina, bandida, ridícula, égua”, “aço e selva te esperam #b17”.

Nestes exemplos destacados, vemos uma referência ao candidato rival da chapa integrada por Manuela. O #17 faz referência ao número do candidato à Presidência Jair Bolsonaro. As ameaças destinadas à Manuela são constantemente denunciadas tanto na imprensa quanto nas instâncias jurídicas, mesmo antes da sua candidatura à vice-presidência. O segundo comentário faz alusão a uma ameaça de estupro com o uso do termo “esbagaçar” associado ao fim de torná-la uma “mulher de verdade”, um recurso muito utilizado pela chamada “cultura do estupro” que associa feministas e lésbicas como sujeitos desviantes e que, portanto, devem ser forçadamente corrigidas por um homem e seu falo como instrumento de violência e de violação.

Laura Albaine (2016) afirma que a violência política de gênero está relacionada com as desigualdades de gênero e é mais acentuada em países onde tal desigualdade é mais expressiva. Portanto, a escalada da violência política está intimamente relacionada com as políticas adotadas pelos países sobre equidade de gênero e justiça social. A violência política é uma ferramenta de controle social e de normatização dos corpos marginalizados, isto é, atacar uma mulher candidata é um mecanismo de intencionalidade repressora visando cercear seu direito à participação política representativa.

É difícil identificar cada uma das pessoas que postaram xingamentos e ameaças a Manuela, nos comentários do YouTube, assim como não se consegue saber, com certeza, se são perfis “verdadeiros” ou “fakes” pagos para disparar tais mensagens. Não é o objetivo desta análise adentrar nesta seara, o que nos interessa é perceber como as redes sociais se constituem enquanto mecanismos de controle político normatizador e repressor ao atacar as mulheres na política representativa e institucional. Portanto, entendemos que tais ataques pretendem, além de ferir a moral e a índole das candidatas, impedir a participação política de mulheres.

Geovania de Sá

Embora tenha sido filiada ao Partido Social Cristão (PSC-SC), entre 2000 e 2011, a atuação de Geovania de Sá na política representativa e institucional ocorreu somente após seu ingresso no Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB-SC), em 2011. A partir de então, em 2012, foi eleita vereadora em Criciúma, município do Sul do estado de Santa Catarina, e empossada como Secretária Municipal de Saúde de Criciúma, onde permaneceu até 2014. Posteriormente foi eleita deputada federal por Santa Catarina nas eleições 2014 e 2018; porém, no pleito de 2022, ficou como suplente da coligação PSDB-CIDADANIA.

Geovania nasceu em 30 de março de 1972, na cidade de Criciúma, em uma família de evangélicos da Igreja Assembleia de Deus. Seu pai foi maestro do coral e da banda da Igreja, e Geovania, seguindo a tradição, também participou no coral, tocando sax e trompa, e posteriormente gravou um álbum de músicas religiosas com sua irmã, Geomira. Geovania possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), e especialização em Gestão de Pessoas pela Universidade Bagozzi de Curitiba e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi casada com Senair Rodrigues, com quem teve duas filhas, e atualmente encontra-se divorciada.

Sua atuação política tem sido marcada pelo neoconservadorismo⁸⁸: votou a favor do impeachment de Dilma Rousseff, pelo teto dos gastos, e apresentou proposta para impedir a utilização de linguagem neutra nas escolas públicas e privadas. Nas eleições de 2022, Geovania não conseguiu se reeleger, entretanto, por pertencer à coligação PSDB-CIDADANIA, mas quando Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), foi empossada como Secretária de Saúde do Estado de Santa Catarina, assumiu o cargo de deputada federal como suplente. Nessa função, tem apresentado uma atuação ainda mais conservadora: fez parte da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST); requereu regime de urgência para a apreciação do projeto que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas; e solicitou o registro para a criação da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional.

Todavia, embora tenha um perfil à direita do espectro político, votou contra a reforma trabalhista de 2017, além de ter apresentado e conseguido que fosse aprovado um projeto de lei que garante prioridade de vaga em centros de educação infantil, próximos de suas residências, para filhos de mulheres vítimas de violência doméstica.

Apesar de ser uma parlamentar neoconservadora, que atua no campo da direita e com perfil religioso, ela também foi alvo de ataques do próprio campo em que atua. Estes ataques passaram a acontecer a partir de 2021, quando o PSDB, partido do qual ela era dirigente em Santa Catarina, estava definindo seu candidato à presidência da República nas eleições de 2022. Na disputa entre João Dória, governador de São Paulo, e Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, pela candidatura à presidência da República pelo PSDB, Geovania e o partido em Santa Catarina declararam apoio ao segundo (INFORME BLUMENAU, 2021).

⁸⁸ Estamos chamando de neoconservadorismo a posição política liberal na economia e conservadora nos costumes. É uma categoria que define grupos contrários aos debates sobre gênero, ou seja, como um movimento político que se organiza de maneira reativa às mudanças na estrutura social e histórica, unindo o conservadorismo cristão ao individualismo da ideologia liberal (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Tal fato desencadeou uma série de críticas à Geovania e ao partido. Eram declarações que não podem ser identificadas como violência política de gênero, uma vez que não era a parlamentar Geovania, mulher, o alvo, mas o posicionamento político que assumira nas prévias do PSDB. Em realidade, o ataque era desferido contra o candidato Eduardo Leite, que em julho de 2021, em entrevista ao repórter Pedro Bial, informou que era gay e que estava vivendo um relacionamento estável com o médico Thalís Bolzan. Ou seja, Geovania desagradava grande parte de seu eleitorado, que, mediante posições homofóbicas, repudiava Eduardo Leite. Ela não se enquadrava mais como representante de parte importante de uma base política radicalizada.

Os ataques à Geovania ficaram mais evidentes logo após a decisão do partido, em 2 de outubro de 2021, quando o pastor da Assembleia de Deus, Valdir Paulino, fez um vídeo, vestido com roupa de dormir, dizendo que tivera a notícia deste apoio, e que Geovania não teria mais o apoio da Assembleia de Deus em futuras eleições. O próprio pastor admitiu que a forma como ele estava falando com ela, no vídeo, era muito diferente da maneira como costumava fazer, ou seja, vestido adequadamente, de forma respeitosa. Ao gravar o vídeo, afirmou que ela não merecia que ele se vestisse adequadamente:

[...] tu vais ver que o povo das igrejas evangélicas de Santa Catarina vão fazer para você na urna, você vai passar vergonha. Eu espero que nem para vereador do teu município, de Criciúma, você venha a se eleger mais [...]. Geovania, você pra mim, assinou, decretou a tua morte política. Ligue para mim, por favor, pelo menos um pedido de desculpas por esse teu erro gravíssimo, vergonhoso, que você acaba de fazer, declarando teu apoio à presidência da República para um homem desse tipo que declarou quem ele é no Rio Grande do Sul e no Brasil (LUCIANO, 2021).

Cumprindo a afirmação do pastor, em fevereiro de 2022, a Assembleia de Deus passou a apoiar Ismael dos Santos (PSD) como seu candidato a deputado federal por Santa Catarina, e, como informamos acima, Geovania não se elegeu como deputada, ficando, entretanto, na suplência.

É possível encontrar vários vídeos de Geovania no YouTube, desde o tempo em que era vereadora por Criciúma até o período mais recente, quando foi eleita deputada federal. De modo geral, eles demonstram a forma pela qual o apoio da parlamentar a Eduardo Leite nas prévias do PSDB, provocou rupturas em sua base política. Se na época em que foram produzidos e postados há inúmeros elogios ao desempenho político de Geovania, o mesmo não acontece após 2021, quando ela passa a receber críticas relacionadas ao seu posicionamento político. Não a atacam pessoalmente, falam que votaram nela e não votam mais, que ela traiu seus eleitores ao apoiar Eduardo Leite. Um comentarista, que assina como @Hulliganjrrepete, afirmou: “Deputada que votou a favor de manter o deputado Daniel Silveira preso num ato inconstitucional do tirano STF. Meu voto e da minha família não tem mais.” (BALANÇO GERAL CRICIÚMA, 2021). Chama-nos atenção que perfis como estes, cuja conta no YouTube não tem qualquer vídeo postado, terá provavelmente sido criado apenas com a finalidade de atacar.

Dentre os comentários, encontramos críticas oriundas do campo da esquerda à Geovania, todas se referindo ao seu comportamento marcadamente conservador. Não encontramos nessa plataforma qualquer ataque que pudesse se constituir como violência política de gênero. O que deve ser considerado como tal é o vídeo do pastor, que nunca gravaria um vídeo de desagravo, vestido com roupas de dormir, se o personagem a ser rejeitado fosse um homem. Certamente esse caso nem viria a público.

Considerações finais

Ser mulher na política tem como significado ser desrespeitada, ser interrompida, ser assediada nos espaços de poder. No YouTube, rede social que analisamos, os comentários parecem ser o lugar estrategicamente preferido para os ataques que focalizam o corpo, a feminilidade e a maternidade das mulheres. Note-se, entretanto, que, pela pesquisa que realizamos, são as mulheres de esquerda os alvos primordiais dos ataques nas redes sociais. Isso porque consta no cerne de suas bandeiras a luta pelos direitos e pela emancipação das mulheres, bem como a luta por espaços na política representativa e institucional. Esses aspectos, da mesma forma que explicam os ataques desferidos às mulheres de esquerda, elucidam o porquê as mulheres de direita sofrerem raramente com violência política de gênero, uma vez que para muitas delas as desigualdades de gênero são e devem permanecer desiguais. Não se quer aqui afirmar que as mulheres de direita estejam de fora da mira da violência política de gênero, contudo, a pesquisa com as três parlamentares procurou demonstrar que é preciso discernir entre violência política, o que é comum a todas as pessoas que atuam nesse campo, e violência política de gênero. O que nos pareceu muito evidente no caso da deputada de direita analisada, é que a violência política de gênero não se efetivou em suas redes sociais, mas no confronto político dentro do próprio grupo que lhe apoia. Já para mulheres do campo da esquerda, não parece haver lugar protegido nas redes.

Referências

- AARÃO REIS, Daniel. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n.º 1, p. 1-11, jan./abr. 2020.
- AHMED, Sarah. *La política cultural de las emociones*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.
- ALBAINE, Laura. Obstáculos y desafíos de la paridad de género. Violencia política, sistema electoral e interculturalidad. *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 52, p. 145-162, maio 2015.
- ALBAINE, Laura. *Violencia política de género: leyes y protocolos en América Latina*. Madrid: Fundación Carolina, 2022.
- ARAUJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero Mediações entre participação política e representação democrática. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 36-61, abr./jun. 2016.
- BALANÇO GERAL CRICIÚMA. *Karina Manarin comenta suspensão do apoio da Assembleia de Deus para a deputada Geovania de Sá*. YouTube, 04/10/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vdnsEhl4IyU>. Acesso em: 20/10/2022.
- BOBBIO, Noberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BRAGA, Rodrigo Guimarães Saturnino. Talíria Petrone Soares. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC*, 2019. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/taliria-petrone-soares>. Acesso em: 07/06/2023.
- CANAL UOL. *Deputada Talíria Petrone toma posse na Câmara com filha no colo*. YouTube, 01/02/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ChAdXhZC2g4>. Acesso em: 13/11/2022.
- CARNEIRO, Júlia Dias. Mulher, negra, favelada, Marielle Franco foi de ‘cria da Maré’ a símbolo de novas lutas políticas no Rio. *BBC News Brasil*, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/>

brasil-43423055. Acesso em: 20/09/2022.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. *Maternidade Política com Talíria Petrone*. YouTube, 12/04/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EEQTdIccOfg>. Acesso em: 09/07/2023.

D'ÁVILA, Manuela. Como a gente enfrenta quem grita com mulher? YouTube, 05/09/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aaFORyT-15I&list=PLYQrrlbR_9S_1AV4IffNZz3QBb_WQT03k. Acesso em: 10/10/2023.

_____. Pronunciamento de Manuela d'Ávila vice-presidenta da república na chapa do Lula e Haddad. YouTube, 07/08/2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=pe48sXGmOGQ>>. Acesso em: 10/10/23.

INFORME BLUMENAU. *Deputada Geovania de Sá declara apoio do PSDB de Santa Catarina para Eduardo Leite*. YouTube, 29/09/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JAYKZnThkcs>. Acesso em: 21/10/2022.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. "Gender and political violence in Latin America". *Política y gobierno*, v. 23, n. 1, p. 125-157, 2016.

LONGO, Ivan. *Manuela d'Ávila relembra: fake news do MBL levou à agressão física de sua filha recém-nascida*. *Revista Fórum*, 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/3/10/manuela-davila-relembra-fake-news-do-mbl-levou-agresso-fisica-de-sua-filha-recem-nascida-111326.html>. Acesso em: 04/11/2023.

LUCIANO, Denis. *Pastor da Assembleia de Deus sobre Geovania de Sá: "para mim, você morreu"*. YouTube, 02/10/2021. Disponível em: <https://youtu.be/sEPjEiye4tM>. Acesso em: 20/10/2022.

METRÓPOLES. *Deputada amamenta sua filha enquanto discursa no plenário da Câmara dos Deputados*. YouTube, 21/06/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FirVHzdT670>. Acesso em: 20/10/2022.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n.º 3, p. 725-747, set./dez. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVISKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Orgs.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019. p. 75-97.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PETRONE, Talíria. *A Nossa Maternidade é Política*. YouTube, 22/09/2022a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E0IXA7rfPDM>. Acesso em: 10/07/2023.

ROUSSEFF, Dilma. A misoginia e a manipulação da mídia. In: D'ÁVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre: Instituto E se fosse você, 2022. p. 48-61.

SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

TELLES, Helcimara. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? In: ROCHA, Camila; SOLANO, Esther (Orgs.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 55-89.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.